

A ACÇÃO JORNALÍSTICA DOS GAZETEIROS PORTUGUESES DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVII

Jorge Pedro Sousa

Professor Associado com Agregação
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UFP
Centro de Investigação Media & Jornalismo
jorgepedrosousa@hotmail.com

Mônica Delicato

Mestre em Ciências da Comunicação - UFP

Nair Silva, Gabriel Silva, Patrícia Teixeira e Carlos Duarte

Mestrandos em Ciências da Comunicação - UFP

COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO: SOUSA, Jorge Pedro [et al.] - A acção jornalística dos gazeteiros portugueses da primeira metade do século XVII. **Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**. Porto : Edições Universidade Fernando Pessoa. ISSN 1646-0502. 6 (2009) 18-28.

RESUMO

Quem foram os “jornalistas” portugueses, também conhecidos por *gazeteiros*, que, na primeira metade do século XVII, iniciaram o jornalismo em Portugal? Sobre o que escreviam? Quais as suas fontes? Que rotinas tinham? Que constrangimentos enfrentavam? Este trabalho visa responder a essas questões, socorrendo-se da pesquisa bibliográfica e documental e da análise do discurso, quantitativa e qualitativa, da *Gazeta* de 1641-1647, primeiro periódico português. Conclui-se que os primeiros “jornalistas” portugueses eram clérigos letrados para os quais a redacção de folhas periódicas ou ocasionais seria uma “ocupação”, não uma profissão.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo; Portugal; história do jornalismo; século XVII; jornalistas.

ABSTRACT

Who were Portuguese “journalists” that, in the first half of the 17th century, began journalism in Portugal? They wrote about what? Who were their sources? What kind of routines they had? What kind of constraints they faced? This study aims to answer these questions. It is based in bibliographic and documents research and in speech and content analysis of the first Portuguese periodical newspaper, the *Gazeta* (1641-1647). We have concluded that the first Portuguese “journalists” were educated priests. For them, writing news gazettes were an “occupation”, but not a profession.

KEYWORDS

Journalism; Portugal; journalism history; 17th century; journalists.

INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XVI, acompanhando as tendências que se desenhavam na Europa, também em Portugal começaram a ser publicados relatos noticiosos avulsos sobre determinados acontecimentos, alguns dos quais sob a forma de pequenos livros, que se popularizaram sob a denominação genérica de *relações* (Sousa *et al.*, 2007; Tengarrinha, 1989). Na mesma época, alguns portugueses, como Manuel Severim de Faria, tornaram-se *noticiaristas* e *memorialistas*, dando sequência ao trabalho dos cronistas medievais (Sousa *et al.*, 2007). Um noticiarista memorialista, conforme se pode ver pelo trabalho de Sousa *et al.*, (2007), era alguém que registava e disseminava, periodicamente, conjuntos diversificados de notícias para vários correspondentes, com recurso a uma espécie de jornais manuscritos, muitas vezes igualmente apelidados de *relações*. Essas primeiras relações pluritemáticas de notícias tinham, frequentemente, a forma de carta, razão pela qual também se conhecem pela denominação *Cartas Novas* ou *Cartas de Novidades* ou ainda *Cartas de Novas Gerais*, entre outras. As *Cartas de Novas Gerais* alimentavam as redes de correspondentes, nacionais e internacionais, através das quais, desde o Renascimento, os letrados europeus, particularmente clérigos, académicos e nobres envolvidos na administração do Estado, iam sabendo do que sucedia na Europa e tomavam contacto com novas ideias, descobertas e invenções¹. Consolidava-se, efectivamente, um fluxo internacional de informação noticiosa por toda a Europa. Os noticiaristas divulgavam notícias uns dos outros, notícias que resultavam da sua observação ou daquilo que iam sabendo (por outras cartas, entrevistando fontes ou escutando relatos de viajantes, marinheiros e testemunhas de acontecimentos). Esses noticiaristas podem ser considerados jornalistas “por ocupação”.

A impressão de cartas novas e de conjuntos de notícias, primeiro de forma ocasional e depois periodicamente, deu origem aos jornais como hoje os concebemos. O presente trabalho tem por objecto de estudo, precisamente, a *Gazeta “da Restauração”*, primeiro periódico português, publicado entre 1641 e 1647, sendo seu objectivo principal, a partir de provas documentais e da análise do discurso, qualitativa e quantitativa, desse jornal, e ainda através da pesquisa bibliográfica, apresentar e caracterizar os redactores da publicação, que podem ser considerados os primeiros “jornalistas” lusófonos. Tentar-se-á responder às seguintes perguntas de investigação: Quem foram eles, os gazeteiros que iniciaram o jornalismo lusófono? Sobre o que escreviam? Quais as suas fontes? Que rotinas tinham? Que constrangimentos enfrentavam?

1. A GAZETA “DA RESTAURAÇÃO”

A *Gazeta “da Restauração”* por vezes é denominada pelo título do seu primeiro número (*Gazeta em Que Se Relatam as Novas Todas Que Houve Nesta Corte e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641*) e outras vezes pelo plural “Gazetas da Restauração”. “Restauração” é, no entanto, uma mera alcunha, referente ao período em que foi publicada, o da Restauração da Independência de Portugal, após 60 anos de união entre este Reino e o de Castela. Por outro lado, a designação “Gazetas”, no plural, é algo incorrecta, já que o periódico, a partir de Dezembro de 1641, passou a intitular-se, unicamente, “Gazeta” (do Mês X).

¹ Ver o caso das *Relações* de Manuel Severim de Faria, estudado por Sousa *et al.* (2007).

Embora nem sempre tenha tido uma periodicidade certa, a *Gazeta* pode considerar-se uma publicação periódica no sentido de que foram publicados sucessivamente pelo menos 37 números, ao longo de quase seis anos, entre Novembro de 1641 e Setembro de 1647, possibilitando ao público o consumo de novas informações com alguma regularidade.

Em Julho de 1642, a *Gazeta* suspendeu a publicação por força de uma lei que proibia as gazetas “com notícias do Reino ou de fora, em razão da pouca verdade de muitas e do mau estilo de todas elas”, embora, na realidade, a suspensão provavelmente se tenha devido, sim, a um “excesso de verdade” que terá indisposto o Poder Régio. Todavia, a *Gazeta* retomou a publicação em Outubro de 1642, mas passou a ostentar a designação “*de Novas Fora do Reino*”, apesar de, entre Outubro de 1642 e Setembro de 1647, ter publicado, ocasionalmente, notícias sobre a “frente” do Alentejo, missões diplomáticas portuguesas, etc., certamente com o consentimento, ou mesmo com a conivência, do poder político. Assim sendo, pode dizer-se que os governantes, ontem como hoje, desconfiavam das incipientes publicações jornalísticas, mesmo quando estas estavam ao seu serviço, como é o caso da *Gazeta*, e fossem sujeitas ao licenciamento e à censura prévia, civil e eclesiástica. O jornalismo, aparentemente inofensivo, revelava-se uma urticária para os detentores do poder, que não hesitavam em taxar e censurar os jornais para os tornarem difíceis de obter e o mais inócuos possível, controlando, assim, o *statu quo*.

As taxas, que encareciam a *Gazeta*, e a baixa alfabetização conspiravam, de facto, para que a publicação somente fosse adquirida pelas elites (Tengarrinha, 1989., pp. 35-39), embora não seja de excluir que alguns exemplares, adquiridos por “mercadores de notícias”, fossem lidos de terra em terra.

Com base numa amostra de 22 números da *Gazeta*, pode afirmar-se que, reflectindo a conjuntura das guerras da Restauração e da Guerra dos Trinta Anos, esta publicação prestava atenção particular aos acontecimentos bélicos. É o que se observa no quadro 1.

Quadro 1 - Temas predominantes das matérias da *Gazeta*

MATÉRIAS	%
Vida política e administrativa	24
Vida social e religiosa	9
Vida económica	3
Vida militar e conflitos bélicos	49
Catástrofes naturais e acidentes	3
Doenças e fome	3
Crimes	1
Acontecimentos insólitos	2
Descobrimentos	4
Outros assuntos	2
Total	100

Além da enorme percentagem de notícias bélicas, não surpreende que 24% das matérias estejam relacionadas com a vida política e administrativa, devido ao esforço diplomático e político do novo regime saído da Restauração da Independência. Os restantes assuntos são

relativamente pouco noticiados, tal como já acontecia nas *Relações*, com excepção da vida social e religiosa, tema com alguma repercussão (9% das notícias).

A *Gazeta*, porém, não ignorava o que se passava no mundo em geral, noticiando, simples e concisamente, assuntos militares, decisões políticas, descobertas, crimes, catástrofes e acidentes, festas, eventos religiosos, doenças, nascimentos e falecimentos, etc., num tom bastante laico.

De realçar que uma percentagem significativa (75%) das notícias da *Gazeta* era do estrangeiro, em particular no segundo período de publicação. De facto já existia, no século XVII, um fluxo internacional de notícias bastante consolidado, graças às traduções que se faziam das notícias das gazetas de diversos países.

Pelo menos três impressores alternaram-se na edição da *Gazeta*: Lourenço de Anvers, Domingos Lopes Rosa e António Alvarez. Sabendo-se que o privilégio real de publicação do primeiro número da *Gazeta* foi concedido a Manuel de Galhegos, por alvará de 14 de Novembro de 1641, então os editores e promotores da *Gazeta* não coincidiam com os impressores. Na Europa seiscentista, coexistiam, na verdade, iniciativas jornalísticas de dois tipos: em alguns casos, eram os próprios impressores a terem a iniciativa de redigir e publicar gazetas, enquanto noutros casos, como se vê, os promotores, redactores e editores da publicação não coincidiam com os impressores.

2. OS REDACTORES DA GAZETA

2.1. MANUEL DE GALHEGOS

Não é tarefa simples determinar todos os redactores da *Gazeta*. Manuel de Galhegos (1597-1665) terá sido o primeiro editor da *Gazeta*, por alvará régio de 14 de Novembro de 1641². Tengarrinha (2006, p. 29) explica que o alvará obtido por Galhegos demonstra a confiança do novo monarca, D. João IV, neste presbítero secular, que após enviivar tinha optado pela vida religiosa. No entanto, Tengarrinha (2006, p. 29) afañça que Galhegos encarregou Miguel de Mascaranhas de Azevedo da redacção do periódico. Alfredo da Cunha (1941, pp. 56-57) também é de opinião que os dotes literários de Galhegos são muito superiores aos evidenciados na *Gazeta*, pelo que seria efectivamente possível que este último tivesse encarregado outros de redigirem a publicação. Além disso, a suspensão da publicação da *Gazeta* e de outras publicações no dia 19 de Agosto de 1642 só se terá verificado, conjectura Cunha, porque não era Galhegos, pessoa estimada pelo monarca e fiel ao Rei, a redigir o jornal. Contra essas opiniões, ergue-se Heitor Martins (1964, pp. 77-79), que afañça que terá efectivamente sido Galhegos a redigir a *Gazeta*, pelo menos até à interrupção da publicação, em Agosto de 1642. Este autor apresenta os seguintes argumentos a favor de Manuel de Galhegos, que considera dever ser considerado o “primeiro jornalista português”: 1) Manuel

² “Eu El-Rei faço saber aos que este alvará virem que, havendo respeito do que na petição atrás escrita diz Manuel de Galegos, e vistas as coisas que alega, tive por bem e me apraz que impressor, livreiro ou outra pessoa de qualquer qualidade que seja não possa imprimir nem vender em todos estes reinos e senhorios as Gazetas das novas deste Reino, de que na dita petição faz menção, senão o suplicante ou a pessoa que para isso nomear como pede, etc. Lisboa, 14 de Novembro de 1641” (Grafia adaptada ao português contemporâneo).

de Galhegos já se teria notabilizado na redacção de textos noticiosos (“reportagens”), nomeadamente na *Relação do que se Passou na Feliz Aclamação do (...) Rei D. João IV* (Lisboa, 1641), sendo pouco crível que não tivesse contribuído para a redacção da *Gazeta*; 2) Os termos em que o edital foi feito não permitem concluir que Manuel de Galhegos iria forçosamente contratar outrem para redigir a *Gazeta*, pois os editais do mesmo tipo e da mesma época foram sempre passados em favor dos *autores*, dando-lhes permissão para imprimirem e venderem e não para “escreverem”, coisa que estaria subentendida.

Manuel de Galhegos foi um dos intelectuais portugueses que aderiram à causa da Restauração da Independência, tendo-se tornado um dos seus propagandistas. Terá sido por essa fidelidade à causa Restauracionista que foi escolhido, ou teve autorização, para editar a *Gazeta*. Não se sabe, no entanto, se continuou a colaborar com o periódico após Agosto de 1642 (suspensão da publicação).

2.2. JOÃO FRANCO BARRETO

Em Julho de 1642, o privilégio para traduzir e publicar as relações de França foi atribuído a João Franco Barreto³ (1600-167_?). Esse acto administrativo antecede o segundo período da *Gazeta*, em que esta adopta a nova designação *Gazeta de Novas de Fora do Reino*. Pode conjecturar-se, assim, que as notícias nacionais dos números da *Gazeta* de Junho e de Julho de 1642 não agradaram ao poder instituído, tendo, hipoteticamente, provocado a substituição de Galhegos por Barreto. Supõe-se, em consequência, que tenha sido Barreto a editar a *Gazeta* a partir do primeiro número de Outubro de 1642, sozinho ou com a colaboração de outros.

Aos 24 anos, João Franco Barreto alistou-se na expedição que se dirigiu à Baía para resgatar a cidade aos holandeses. Elaborou, então, uma história manuscrita, em jeito de reportagem, dessa acção militar. Quando regressou a Portugal, ingressou na Universidade de Coimbra, onde estudou Cânones e, no final do curso, nela ficou a leccionar. Depois de enviuvar, e tal como aconteceu com Manuel de Galhegos, tornou-se sacerdote. Aderiu, como Galhegos, à causa da Restauração e, por este motivo, foi escolhido para secretariar a missão diplomática de D. Francisco de Melo a França, em 1641, da qual também deixou um relato historiográfico. Terá logrado obter uma boa impressão, pelo que, possivelmente devido ao desagrado do novo poder para com o rumo que a *Gazeta* levava (“excesso de verdade” nas notícias nacionais), teve, como se disse, autorização para traduzir as gazetas francesas. A *Gazeta* reconvertiu-se e tornou-se, em consequência, num jornal francófilo de notícias internacionais (Portugal buscava uma aliança com França para melhor se opor a Castela).

³ “Eu El-Rei faço saber aos que este alvará virem que, havendo respeito a me enviar dizer por sua petição João Franco Barreto que a esta Corte vinham muitas relações em língua francesa, que se traduziam por pessoas que não tinham notícia dela nem daquele reino, e ficavam de menor crédito com sua má interpretação, e porque aquele suplicante tinha bastante conhecimento duma e doutra coisa, por haver passado naquelas partes em companhia dos meus embaixadores no ano próximo passado, cuja viagem escreveu e imprimiu, me pedia lhe mandasse passar licença para que ele somente pudesse traduzir e imprimir as relações de França e suas gazetas. E visto seu requerimento, e as coisas acima referidas, tive por bem conceder-lhe a dita licença, como a pede, com a declaração que irão primeiro à Mesa do Desembargo do Paço traduzidas as ditas relações e gazetas antes que se imprimam, etc. Lisboa, 29 de Julho de 1642”.

2.3. FREI FRANCISCO BRANDÃO

Frei Francisco Brandão (1601-1680) tornou-se monge cisterciense em 1618 e doutorou-se em Teologia em Coimbra, ficando a ensinar na mesma cidade. Ocupou vários cargos religiosos, incluindo o de geral da Ordem de Cister em Portugal. Aderiu à causa da Restauração, pelo que foi nomeado cronista-mor do Reino por D. João IV. Escreveu o *Discurso Gratulatório Sobre o Dia da Feliz Aclamação da Majestade de El-Rei D. João IV Nosso Senhor e a Relação do Assassínio Intentado por Castela Contra a Majestade de El-Rei D. João o IV, Impedido Miraculosamente*. Como historiador, é autor da quinta e sexta partes da obra maior da historiografia portuguesa *Monarquia Lusitana*, dedicadas à vida e obra de Dom Diniz, tendo sucedido a seu tio, Frei António Barreto, nessa missão. Terá sido, aliás, junto do tio, que cultivou o seu nacionalismo, celebrado em toda a *Monarquia Lusitana*. Não se sabe exactamente a partir de que data terá assumido a redacção da *Gazeta*, e se o fez sozinho ou com ajuda de outros, mas presume-se que tenha sido ele o redactor do jornal a partir do número de Julho de 1645.

3. PRODUÇÃO JORNALÍSTICA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVII

Para esta parte do trabalho, tentaram inferir-se, a partir da análise da *Gazeta*, duas facetas dos processos de produção de informação que os introdutores do jornalismo periódico em Portugal punham em prática: (1) a recolha de informações; e (2) as técnicas de relato de novidades.

A primeira consideração que deve ser feita, nesse âmbito, é a de que o jornalismo português seiscentista se aproxima, no estilo, do jornalismo contemporâneo. As notícias, na *Gazeta*, são, normalmente, claras e concisas, embora nem sempre precisas:

A Armada Real de Castela anda dividida em duas esquadras, uma no cabo de São Vicente e outra na barra de Cádiz, esperando a frota. [Gazeta, Novembro 1641]

Morreu o conde de Odemira. [Gazeta, Dezembro de 1641]

Os exemplos acima colhidos permitem ainda verificar que nas notícias curtas, em ambas as publicações, já assoma a noção de *lead*. Aliás, um segundo aspecto relevante que deve ser considerado relaciona-se com as respostas que se procuravam dar ao leitor no enunciado jornalístico. Responder às perguntas tradicionais do enunciado noticioso (Quem? O quê? Quando? Onde? Como? Porquê?) não é uma invenção contemporânea, mas sim uma invenção da retórica clássica, muito bem recuperada pelo jornalismo. Por isso, cientes dos princípios estabelecidos pela retórica clássica, que Peucer (1690), inclusivamente, referiu na sua tese doutoral (a primeira tese mundial sobre jornalismo e comunicação), também os redactores da *Gazeta* procuraram, nas notícias, explicitar as circunstâncias de sujeito (quem?), objecto (o quê?), lugar (onde?), tempo (quando?) e, por vezes, também de modo (como?) e causa (porquê?):

Deu El-Rei Nosso Senhor uma Comenda ao Doutor Pedro de Castro de Melo pelos serviços de seu filho o capitão Jerónimo de Castro e Melo [quem? o quê?] que morreu pelejando valorosamente na entrada de Valverde [porquê?]. [Gazeta, Março de 1642]

De Entre-Douro e Minho [onde?], no primeiro sábado deste mês [quando], veio uma carta em que se avisa que um capitão de infantaria francês, tenente-coronel [quem?], enfadado da suspensão das armas e do grande ódio em que os soldados estavam na cidade de Braga, por causa do Inverno [porquê?], deliberou sair em campanha e entrar pelas terras dos inimigos (...) [o quê?]. [Gazeta, Março de 1642]

Para além das notícias que se resumem ao que hoje em dia classificariamos como *lead de impacto*, noutras peças mais desenvolvidas da *Gazeta* também encontramos esta estrutura, que lança o resto do texto a partir da informação mais importante:

De Marselha, a 9 de Março de 1643

As grandes chuvas que em Itália houve desde o princípio de Novembro até ao fim de Dezembro passado engrossaram de maneira os rios da Lombardia e particularmente o Pó, que saindo do leito inundou a maior parte das cidades, vilas e terras vizinhas. Neste dilúvio afogaram-se tantas pessoas, ruíram tantas casas e perderam-se outros bens, que se não dera crédito e autoridade [lead]. [Gazeta, Abril de 1643]

Várias notícias apresentam, por seu turno, um recorte analítico e explicativo:

Os diferendos entre El-Rei da Grã-Bretanha com o Parlamento estão cada dia em pior condição, porque cada qual pretende sustentar sua razão e assim há grandes aparências de que antes de muitos dias cheguem a batalha. [Gazeta, Outubro de 1642]

São poucas as referências directas às fontes de informação nas notícias. No entanto, pode-se ver, pelo quadro 3, que os redactores do periódico já evidenciavam várias preocupações jornalísticas de tom contemporâneo, mostrando que os valores jornalísticos e as constantes norteadoras do profissionalismo jornalístico têm raízes históricas que recuam ao século XVII ou, para sermos mais precisos, recuam aos tempos clássicos em que gregos como Tucídides, Xenofonte e mesmo, até certo ponto, Heródoto começaram a escrever história animados da dupla intenção da verdade e da facticidade.

Questões jornalísticas	Excerto textual ilustrativo
Referência e crítica às fontes	O que se disse de França (...) foi informação de pessoa mal intencionada e pouco afectada às coisas deste e daquele Reino. (Julho de 1643).
Referência e crítica às fontes	As mais destas novas são colhidas de cartas e pessoas dignas de crédito, que vieram de várias partes. E o que se diz do bispo de Lamego se sabe por via da nau de Inglaterra que veio no mês passado. E de Itália, havia já aqui carta em que se diz que ficava em Leorne, de onde se vai a Roma em pouco mais de três dias. (Dezembro de 1641)
Referência a fontes	No princípio deste mês escreveu-se da Província do Alentejo que no dia de São João vieram os inimigos a Olivença (...). (Julho de 1642)
Referência a fontes	novas que tivemos da Índia Oriental, por um correio (Março de 1642)
Referência a fontes	Por carta de Münster se soube (...). (Novembro de 1646)
Referência a fontes	Pessoa digna de crédito que veio de Madrid afirma (...). (Dezembro de 1641)
Referência a fontes	Chegaram aqui dois navios holandeses, os quais dão as novas que se seguem (...). (Setembro e Outubro de 1646)
Referência a fontes e datação da informação	Há carta nesta Corte da Ilha de São Cristóvão, situada nas Índias de Castela, feita nos últimos de Novembro, em como a maior parte das Índias tinham negado a obediência ao Castelhana, e que só um vice-rei estava por eles, havendo (...) grandes revoluções. (Março e Abril de 1644)
Notícias de última hora	No mesmo ponto em que se acabou de imprimir este papel, veio da ilha Terceira Jorge de Mesquita e trouxe aviso de que a fortaleza se havia rendido e estava já por El-Rei Nosso Senhor. Por ser nova de grande alegria para este Reino, se pôs nesta Gazeta, não obstante pertencer à do mês de Abril. (Março de 1642)
Referência a fontes, ao processo de obtenção de informações e à datação da notícia	A nova da Ilha Terceira, de que se fala (...) na gazeta do mês de Março, veio aos oito do mês de Abril no navio Sol Dourado. (Abril 1942)
Referência a fontes e ao processo de obtenção de informações	Chegou aqui um frade dominicano que chamam frei João Correia, filho de Lisboa, que vem de Madrid. Não dá novas frescas por haver muito que partiu daquela corte (...). (Março e Abril de 1644)
Referência a fontes, ao processo de obtenção de informações e à datação da notícia	De Amesterdão, 12 de Agosto de 1647. Chegaram há pouco dez navios das Índias Orientais, mas com muito menos mercadorias do que tinham de costume. Dão por novas que na ilha de Ceilão os moradores mataram alguns 450 holandeses e fizeram mais de 200 prisioneiros, após o que lhes ganharam um pequeno forte. (Setembro de 1647)
Referência ao trajecto da notícia	Soube-se cá, por via de Cádiz, Sevilha e Segóvia, como os franceses tinham tomado Lérida (...). (Julho e Agosto de 1646)
Datação da notícia	Aos oito do corrente houve uma grande alteração popular na cidade de Cosenza, na Calábria...
Intenção de verdade e de correcção de informações incorrectas (embora possa ser reflexo de uma tentativa de correcção de rumo devido a "excesso de verdade" sobre o ambiente interno de um país aliado)	O que na Gazeta do mês passado se disse de França que com as presentes guerras se passavam muitas necessidades é falso e parece que foi informação de pessoa mal intencionada e pouco afectada às coisas deste e daquele Reino. (Julho de 1643)
Intenção de verdade e de correcção ou complemento de informações incorrectas	No que se diz na Gazeta de Dezembro acerca de São Tomé se advirta que o governador Manuel Quaresma era já morto. (Fevereiro de 1642)
Citações directas	Neste ponto olhou o cura para os nossos, que estavam perto, e defronte dele, e começou a dizer em altos gritos: "Senhores portugueses, aqui está um castelhana vivo entre estes mortos, acudam vossas mercês e levem-no, que eu não trago comissão para retirar vivos e não quero enganar a ninguém, que sou cristão e temo a Deus." [aspas nossas] (Janeiro de 1642)
Vivacidade e sensacionalismo do relato em jeito de reportagem	Aos oito do corrente houve uma grande alteração popular na cidade de Cosenza, na Calábria, durante a qual mataram um homem muito principal, cujo corpo foi arrastado pelas ruas da cidade. E prenderam alguns quarenta mais, que favoreciam os espanhóis, que levaram ao vice-rei de Nápoles. Nas cidades de Salerno e de Bari não têm sido menores os tumultos, seguindo o exemplo das demais. Na primeira, queimaram-se mais de 25 casas; na segunda, os moradores elegeram uma cabeça [um líder], que se fez grandemente temer pelas muitas execuções que faz (...) e a maior parte dos vassallos de diversos lugares deste Reino tem montado cercos aos seus senhores, por quererem suportar o governo dos espanhóis. (Setembro de 1647)

De facto, no quadro 2 podem observar-se, nomeadamente:

- 1) Preocupações de credibilizar a informação pela referência às fontes, ou mesmo pela crítica dessas mesmas fontes;
- 2) Intenção de verdade, traduzida, por exemplo, pela correcção de informações incorrectas;
- 3) Citações, mecanismo de defesa do jornalista e de credibilização da informação que também empresta vivacidade ao relato;
- 4) Inclusão de notícias de última hora;
- 5) Preocupação em datar e localizar as notícias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propusemo-nos, com este trabalho, responder às seguintes questões: Quem foram os “jornalistas” portugueses que, na primeira metade do século XVII, iniciaram o jornalismo em Portugal? Sobre o que escreviam? Quais as suas fontes? Que rotinas tinham? Que constrangimentos enfrentavam?

Podemos responder salientando que todos os pioneiros do jornalismo em Portugal eram clérigos letrados que começaram a ocupar-se da redacção de jornais quer para obterem eventuais lucros (caso de Galhegos e de Barreto) ou, eventualmente, para participarem no esforço de reconhecimento e legitimação da Dinastia de Bragança e da Restauração da Independência (caso de frei Francisco Brandão). Redigir periódicos seria, portanto, uma *ocupação* que tinham a par dos seus deveres sacerdotais e administrativos e não um ofício nem uma *profissão*. Porém, os “jornalistas” de seiscentos não só tinham em mente, como os jornalistas profissionais de hoje em dia, a intenção de verdade e o ânimo de fidelidade aos factos, como também escreviam sobre os mesmos temas que ocupam os jornais de hoje, nos diferentes suportes mediáticos. Pode dizer-se que, ontem como hoje, o jornalismo é, na sua essência, um conjunto de relatos selectivos sobre o mundo. É um “pedaço do mundo” sob a forma de relato. As notícias de ontem são, tematicamente, as notícias de hoje, porque os critérios de noticiabilidade são os mesmos. E são os mesmos porque derivam do enquadramento cultural, que, por sua vez, reflecte respostas humanas para as preocupações e necessidades intemporais do homem, como a necessidade de sobrevivência (daí as notícias que sinalizam o perigo) e como a necessidade de conservação da sociedade, que resulta de um impulso genético gregário comum a todos os seres humanos (daí as notícias que sinalizam, enquadram como anormal e condenam a dissensão e o desvio).

Os dados expostos neste texto comprovam, ainda, que as notícias de seiscentos resultavam ou da observação e narração directa dos acontecimentos ou da convocação de um vasto número de fontes para que estas falassem do que se passava. Entrevistas a viajantes e marinheiros, colecta de informações de testemunhas de acontecimentos, construção de uma rede de correspondentes capazes de informar o redactor sobre o que se passava em lugares distantes, *acesso* a fontes bem colocadas, tradução de notícias das gazetas estrangeiras, de tudo se serviam os periodistas portugueses de seiscentos para encherem de informações interessantes e importantes as páginas em branco dos seus jornais. Estruturalmente, o modelo jornalístico seiscentista de colecta e difusão da informação também não se afastava muito do modelo actual, embora os recursos fossem mais limitados – desde logo, os jornais portugueses não possuiriam mais do que um ou dois redactores a trabalhar em simultâneo. Os processos rotineiros de processamento da informação – isto é, de transformação dos

factos em notícias – também não são significativamente dissemelhantes aos processos actualmente usados pelos jornalistas. Os “jornalistas” de seiscentos, como os actuais, procuravam fazer chegar ao conhecimento dos leitores uma panóplia de informações importantes, úteis ou interessantes, redigidas, normalmente, de forma clara, concisa e incisiva (a ideia do *lead*, nomeadamente do *lead* de impacto já estava viva), embora nem sempre de forma precisa (os exageros propagandísticos da *Gazeta* “da Restauração” em relação aos números de baixas portuguesas e castelhanas são notórios). Igualmente se observa que os “jornalistas” portugueses de seiscentos, certamente fruto da sua educação formal, dominavam as regras da retórica clássica para bem contar novidades, que foram importadas pelo jornalismo.

Constata-se, finalmente, que para se fazer um periódico legal no Portugal de seiscentos era necessário possuir-se a confiança do regime, mas isso não bastava. As notícias eram sujeitas a dupla censura, civil e eclesiástica. Ou seja, por muita confiança que os detentores do poder político depositassem em quem autorizavam a fazer periódicos, ainda assim alimentavam desconfianças profundas em relação à actividade jornalística. Por isso, a censura e, por causa das possíveis represálias (lembre-se a suspensão da *Gazeta*), a auto-censura seriam importantes instrumentos de controlo da actividade jornalística. Os principais constrangimentos à actividade jornalística em seiscentos eram, portanto, de ordem legal e política.

BIBLIOGRAFIA

BELO, F. e ROCHA, M. (1988). Anatomia do primeiro periódico português. *Claro-Escuro: Revista de Estudos Barrocos*, n.º 1, Novembro de 1988.

CUNHA, A. (1941). *Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa (1641-1821)*. Separata das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, classe Letras, 4. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.

DIAS, E. G. (2006). *As Gazetas da Restauração: [1641-1648]. Uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas* [Edição Transcrita]. Lisboa, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

MARTINS, H. (1964). *Manuel de Galhegos: Um poeta entre a Monarquia Dual e a Restauração*. Anadia, Tipografia Cisal.

PEUCER, T. (2000). Os relatos jornalísticos. *Comunicação e Sociedade*, n.º 33, pp. 199-214, 2000 (tradução de *De relationibus novellis*, Leipzig, Tese de doutoramento – Universidade de Leipzig, 1690).

SOUSA, J. P. (coord.) et al. (2007). *A génese do jornalismo lusófono e as Relações de Manuel Severim de Faria*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.

TENGARRINHA, J. (2006). *Imprensa e opinião pública em Portugal*. Coimbra, Minerva.

TENGARRINHA, J. (1989). *História da imprensa periódica portuguesa*. 2ª edição revista e ampliada. Lisboa, Caminho.